

O fantasma da falta de emprego

Mariana Magro



Diariamente, centenas de pessoas se concentram em frente à Secretaria de Trabalho, no Centro do Rio de Janeiro, em busca de uma vaga

Segundo dados divulgados recentemente pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego subiu de 9,8% para 10,7% no Rio de Janeiro. Para combater este problema os deputados da Assembléia Legislativa apresentam diferentes soluções, que vão desde a elaboração de um programa de auxílio aos desempregados, até o estímulo à criação de cooperativas. Iniciativas distintas, mas que possuem um mesmo objetivo: o crescimento da oferta de vagas no mercado de trabalho fluminense.

O projeto do deputado Paulo Melo (PMDB), que cria o Programa Social Coletivo de Emprego, oferece, por um período

de seis meses, cursos profissionalizantes, uma ajuda mensal de um salário, mínimo além de auxílio-alimentação aos desempregados que se inscreverem no programa. Outra frente explorada pelos parlamentares é o incentivo às cooperativas. Em março foi criada a Frente Parlamentar Cooperativista, que irá trabalhar no desenvolvimento de políticas que estimulem o cooperativismo. “Hoje o cooperativismo no Brasil gera 170 mil empregos. Aproximadamente 21 milhões de pessoas estão ligadas direta ou indiretamente às cooperativas”, informa Samuel Malafaia (PMDB), presidente da frente.

PÁGINAS 4 e 5

*Parlamento Juvenil
2004-2005 é lançado
oficialmente*

PÁGINA 3

*Em debate: soluções
para o sistema
penitenciário do estado*

PÁGINA 6

*LDO de 2005 recebe
número recorde
de emendas*

PÁGINA 7

Dos elevadores da Alerj para Atenas

ASCENSORISTAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA IRÃO BUSCAR O OURO NO FUTEBOL NOS JOGOS PARAOLÍMPICOS

MARIANA MAGRO

De 17 a 28 de setembro deste ano, a Alerj terá ainda mais motivos para torcer pelo Brasil nas Paraolimpíadas. Dois dos atletas que compõem a delegação brasileira trabalham na Casa. Fabiano Bruzzi e Luciano Rocha, ascensoristas da Associação Niteroiense dos Portadores de Deficiência (Andef), que presta serviços à Alerj, irão competir pela medalha de ouro no futebol. Realizadas 15 dias após as Olimpíadas de Atenas, na Grécia, as Paraolimpíadas reunirão atletas portadores de algum tipo de deficiência que competem entre si pela superação de limites e a valorização do esporte.

A preparação para os jogos tem sido feita com muitas dificuldades por falta de patrocinadores. Atualmente, a única entidade com que os atletas podem contar é o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). “O problema é que o Comitê só banca as despesas com transporte e uniforme. Em relação à preparação física, temos que buscar ajuda sozinhos”, conta Fabiano. Há três meses, os dois atletas conseguiram um passe-livre da Academia Symbol, de Niterói, para se preparar fisicamente até o início dos Jogos. “A necessidade de um patrocinador individual, não somente no



Luciano Rocha (esq.) e Fabiano Bruzzi estão se preparando para competir no futebol

ano olímpico, é muito importante. Nosso salário não é suficiente para investirmos em preparação física”, explica Luciano, que está participando pela segunda vez de uma Paraolimpíada e busca patrocínio individual.

Os dois atletas deixaram suas famílias em outros estados para tentar a sorte no Rio, onde conseguiram emprego para se sustentar. O tempo para se dedicar ao esporte, no entanto, ficou escasso. “O sonho de todo atleta é se dedicar e viver somente

para o esporte”, diz Fabiano, que participa da competição pela primeira vez.

Os competidores da Alerj embarcarão no dia 7 de setembro para Brasília, onde almoçarão com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em seguida, irão desfilar com o restante do comitê em comemoração pela Independência do Brasil. No dia 9, partem para Atenas para dar início aos preparativos das Paraolimpíadas. Durante esse tempo, eles estarão licenciados pela Andef.

Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
dcs@alerj.rj.gov.br Tel: 2588-1404/1383

PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:

Heloneida Studart

2º Vice-presidente:

José Távora

3º Vice-presidente:

Pedro Fernandes

4º Vice-presidente:

Fábio Silva

1º Secretária:

Graça Matos

2º Secretário:

Léo Vivas

3º Secretário:

Acárisi Ribeiro

4º Secretário:

Nelson do Posto

1º Suplente:

Leandro Sampaio

2º Suplente:

Eliana Ribeiro

3º Suplente:

Nelson Gonçalves

4º Suplente:

Rogério do Salão

Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa

Coordenadora:

Fernanda Galvão

Repórteres:

Alfredo Junqueira, Geiza Rocha

e Luiz Marchesini

Estagiários:

Andreia Quelhas, Camila Parada,

Fernanda Pizzotti, Fernanda Porto,

Florence Jacq, Gabriel Mendes,

Guilherme Costa, Leandro Marins,

Mariana Magro, Melissa Ornelas e

Ramien Brum

Fotografia:

Daniela Barcellos

Diagramação:

Eduardo Pessôa

Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem:

2 mil exemplares

FRASES DA SEMANA

“Havia uma mão invisível no Rioprevidência que indicava todo mundo. Mas ninguém sabe de quem era essa mão.”

Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB) sobre a gestão de Ruy Bello no Rioprevidência.



“Se não houver uma mudança radical na gestão, nem Jesus Cristo resolve o problema da Cedae.”

André Corrêa (PPS), em plenário, sobre a situação da Cedae, que opera no vermelho desde 1997.

“Os agentes penitenciários são os verdadeiros reponsáveis pela presença do Estado, ainda que mínima, nos estabelecimentos prisionais.”

Paulo Ramos (PDT), sobre o a tragédia no presídio de Benfica.

Parlamento Juvenil tem início oficial

ASSINATURA DO CONVÊNIO PARA SEGUNDA EDIÇÃO DO PROJETO REÚNE DEPUTADOS MIRINS ELEITOS EM 2003

Daniela Barcellos



No plenário lotado, alunos do Colégio Estadual Antônio Dias Lima abrem cerimônia de lançamento do segundo Parlamento Juvenil

FERNANDA PORTO

O convênio de cooperação cultural e educativa que deu início à segunda edição do Parlamento Juvenil foi assinado na Alerj, no último dia 2. Elaborado pelo presidente da Assembleia, deputado Jorge Picciani (PMDB), o projeto trará à Casa, em janeiro de 2005, mais 92 estudantes de escolas públicas estaduais de todos os municípios do Rio, eleitos pelo voto direto de seus colegas. Para este ano, a expectativa é que o número de adesão das escolas seja bem maior. “No último ano, tivemos a adesão de 35% das escolas. Esperamos para este ano a participação de 75% a 80% delas, o que engloba aproximadamente um milhão e meio de estudantes”, calcula o Coordenador do Projeto, Arlindenor Pedro.

Presidida pelo segundo vice-presidente da Casa, deputado José Távora (PMDB), a solenidade de abertura do

Parlamento Juvenil 2004-2005 contou com a presença de profissionais do ensino de todo o estado, de representantes do TRE-RJ, das secretarias estaduais de Educação e da Infância e Juventude, da Faetec, além de 89 dos 92 jovens deputados eleitos em 2003. “É uma honra para mim presidir essa solenidade que coroa o

*Exposição itinerante
percorrerá os municípios
divulgando o projeto*

brilhantismo dos jovens que atuaram nessa Casa com tanta seriedade no primeiro ano do projeto, contribuindo para o pleno exercício da democracia”, destacou o deputado José Távora.

Até a posse dos novos deputados, os parlamentares juvenis eleitos em 2003

continuarão atuando em seus municípios. Alguns pensam até em reeleição. “Tive um projeto sobre saneamento básico aprovado no último ano. Quero voltar, para ter a oportunidade de apresentar um projeto que trate da educação”, afirmou Rodrigo Carvalho, 16 anos, representante de Itaguaí.

De 28 de junho a 6 de julho os candidatos poderão fazer suas inscrições para participar do processo eletivo. O primeiro turno será no dia 17 de julho. “Estou certo de que nossa experiência com os jovens parlamentares será ainda melhor esse ano porque estabelecemos novas parcerias, e ampliamos a faixa etária dos participantes”, assegurou Arlindenor.

No mesmo dia do lançamento oficial do projeto, foi inaugurada a exposição itinerante do Parlamento Juvenil 2003, na entrada principal da Alerj. A exposição permanecerá na Casa até o final de junho e depois percorrerá os municípios divulgando a iniciativa.

Deputados buscam novas formas

Projetos criam condições e oportunidades para quem busca trabalho

FLORENCE JACQ

No período de um ano, cerca de 220 mil pessoas passaram a engrossar as taxas de desemprego, que atingia, em abril de 2003, 2,8 milhões de brasileiros. É o que revela pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em seis regiões metropolitanas do país (Recife, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo). A análise destaca, ainda, o aumento significativo em três capitais: Recife (12,6% para 14,3%); Porto Alegre (9,6% para 10,7%) e Rio de Janeiro (de 9,8% para 10,7%).

Preocupados com o crescimento acelerado do desemprego, os deputados da Alerj desenvolveram projetos que vão desde a criação de sistemas e programas de emprego e renda até a reserva de vagas para portadores de deficiência, de transtornos mentais e para cidadãos egressos

do sistema prisional do estado. Iniciativas distintas, mas que possuem um mesmo objetivo: o crescimento da oferta de vagas no mercado de trabalho fluminense.

A frieza dos números apresentados pelo IBGE traduz a dura realidade de desempregados como o operador de empilhadeira e motorista diplomado pelo Senai Roberto Ferreira, 47 anos. Há cinco meses procurando trabalho, Roberto enfrenta dificuldades por causa da idade. “Dentro da minha especialidade não encontro vaga. Para trabalhar como pedreiro,

Cooperativas podem ser uma boa solução para combater o trabalho informal

só estão contratando entre 25 e 45 anos. Desse jeito, fica muito complicado”, reclama. Mas o desemprego não é um problema restrito aos mais velhos. Jovens como Rafael Oliveira, 23 anos, também encontram obstáculos. “Sem experiência de no mínimo dois anos ninguém contrata. Mas como ter experiência se não há emprego?”, reclama. Outra queixa frequente entre os entrevistados, segundo o IBGE, diz respeito ao tempo de procura por um emprego: 47,5% dos cidadãos ficam

desocupados em média seis meses até encontrar um novo emprego.

Para solucionar este problema, o deputado Paulo Melo (PMDB) criou o Programa Social Coletivo de Emprego, aprovado em março deste ano. O projeto prevê a concessão de uma bolsa mensal no valor de um salário mínimo, além de auxílio-alimentação para os desempregados cadastrados. O programa, que aguarda regulamentação do Executivo, oferecerá, durante seis meses, cursos de qualificação profissional e o acompanhamento técnico para identificação de oportunidades de emprego. Em contrapartida, o beneficiário deverá participar, por 30 horas semanais, de ações comunitárias de educação, trabalho e cidadania até que encontre um novo emprego. Para Paulo Melo, o Programa Social Coletivo de Trabalho opera em dois eixos básicos. “O primeiro visa a minimizar os efeitos imediatos do desemprego, por meio da concessão de bolsas. O segundo tem caráter duradouro e qualifica o trabalhador para o mercado”, justifica.

Outra frente que vem sendo explorada pelos parlamentares é a de incentivo às cooperativas. Prova disso foi a instalação, em março, da Frente Parlamentar Cooperativista, presidida pelo deputado Samuel Malafaia (PMDB). “Hoje o cooperativismo no Brasil é responsável por 6% do Produto Interno Bruto (PIB) e gera 170 mil empregos. Aproximadamente 21



Diariamente forma-se uma enorme fila de desempregados em frente ao posto da Secretaria de Trabalho, no Centro do Rio em busca de uma chance

ns para combater o desemprego

milhões de pessoas estão ligadas direta ou indiretamente ao cooperativismo”, informa Malafaia. Além da criação da Frente, tramitam na Casa projetos de lei, como o que institui a Política Estadual do Cooperativismo. Se aprovada, a proposta, de autoria do deputado Edino Fonseca (PSC), criará um conjunto de iniciativas para garantir o crescimento da atividade.

Para o sociólogo e coordenador do Programa Observatório das Metrópoles, desenvolvido pela ONG Fase e pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ (IPPUR), Mauro Rego Monteiro, o cooperativismo é uma “saída inteligente” para frear o crescimento do desemprego. “Incentivar as cooperativas representa absorver de forma organizada e eficiente o mercado informal, que vem desestabilizando nossa economia”, afirma. Mauro alerta sobre as falsas cooperativas: “É necessário criar mecanismos de fiscalização. Algumas empresas estão se autodenominando cooperativas para burlar a lei e não cumprir os direitos dos trabalhadores.” Segundo ele, a crise do desemprego deve ser vista como um corpo único, envolvendo áreas como as de infra-estrutura, educação e habitação. “O saneamento, por exemplo, é um dos setores que mais gera empregos. Por isso, é preocupante quando uma obra pára, afinal são mão-de-obra e dinheiro público sendo dispensados”, avalia o sociólogo.

Foi neste sentido que, em janeiro, o deputado Otávio Leite (PSDB) apresentou um projeto que cria o Índice Fluminense de Responsabilidade Social (IFRS). A idéia é medir o desempenho de cada um dos 92 municípios do estado em áreas como educação, emprego, finanças públicas e ocorrências policiais. A elaboração do IFRS será de responsabilidade do Executivo. Os dados apurados deverão ser divulgados bianualmente e utilizados como referência para o planejamento das políticas estaduais, principalmente na área social. “A criação de um índice específico para o nosso estado, que leve em consideração as diferenças e contrastes dos municípios, pode contribuir inclusive na elaboração de estratégias para diminuir o desemprego”, justifica o deputado.



“Para trabalhar como pedreiro, só estão contratando entre 25 e 45 anos. Eu tenho 47”

Roberto Ferreira



“Sem experiência de no mínimo dois anos ninguém contrata. Como vou ter experiência sem emprego?”

Rafael Oliveira

Da cooperativa às cotas

■ **Lei 4.279/2004 – Paulo Melo (PMDB)** – Cria o Programa Social Coletivo de Trabalho no Estado do Rio de Janeiro.

■ **Lei 4.323/2004 – Cida Diogo (PT)** – Dispõe sobre a criação da Política Estadual de Integração e Inserção no Mercado de Trabalho de Pessoas Portadoras de Transtornos Mentais.

■ **Lei 4.263/2003 – Otávio Leite (PSDB)** – Institui o selo “Empresa Inclusiva”, em reconhecimento às iniciativas empresariais que favoreçam a integração e/ou melhoria da qualidade de vida dos portadores de deficiência, como a reserva de postos de trabalho e cursos de capacitação.

■ **Lei 3.416/2000 – Carlos Minc (PT)** – Dispõe sobre as condições e a efetivação de atividades laborais para internos do sistema penitenciário estadual. Determina também que órgãos de administração pública adquiram produtos provenientes das oficinas de trabalho prisional da Fundação Santa Cabrini.

■ **Lei 3.156/1998 – Graça Matos (PMDB)** – Autoriza o Poder Executivo a conceder prazo especial para pagamento de ICMS às pessoas jurídicas que reservarem vagas em suas instituições para portadores de deficiência.

■ **Projeto de lei 457/2003 – Gilberto Palmares (PT)** – Cria o Sistema Estadual de Trabalho, Emprego e Renda (Seter), que será integrado pela Secretaria Estadual de Trabalho, pelas comissões estadual e municipais de emprego, bem como pelos serviços, agências e postos estaduais de emprego.

■ **Projeto de lei 178/2003 – Edino Fonseca (PSC)** – Institui a Política Estadual do Cooperativismo e enumera regras para o desenvolvimento do setor.

■ **Projeto de lei 1028/2003 – Otávio Leite (PSDB)** – Reserva vagas para egressos do sistema penitenciário em concursos públicos do estado.

EM DEBATE: SOLUÇÕES PARA O SISTEMA PENITENCIÁRIO DO RIO DE JANEIRO

CARLOS MINC

DEPUTADO ESTADUAL PELO PT

Frentes de trabalho

O Sistema Prisional brasileiro enfrenta graves problemas oriundos da superlotação. Em nosso estado, onde o Poder Público tutela mais de 20 mil presos, os problemas são agravados pela falta de investimentos em instalações para a utilização da mão-de-obra carcerária; pelo frágil controle de entrada de pessoas e objetos ilícitos, como armas, drogas e celulares, nas dependências do sistema, e pela falta de recursos humanos treinados para alcançar a finalidade da pena de reclusão que é inibir, punir e ressocializar. Há um conflito entre os elementos essenciais da pena, pois hoje prevalece a punição.

Atualmente, o índice de reincidência daqueles que cometem crimes punidos com reclusão está próximo de 60%, demonstrando a falência do fator inibição das penas. Nosso sistema prisional transformou-se em um conjunto de “ilhas” onde existem leis próprias, códigos de honra específicos e comando com hierarquia particular. Os agentes penitenciários desdobram-se em longas jornadas de trabalho, em condições precárias e com baixos salários.

A solução para esses problemas passa necessariamente pela realização de concurso público para aumentar o efetivo desses servidores, pela implementação de frentes de trabalho e de educação para os presos, dignificação dos



Daniela Barcellos

“A solução passa necessariamente pela realização de concurso público”

agentes penitenciários, proporcionando a melhoria na qualidade de vida desses servidores, por reformas na arquitetura e estrutura das construções dos estabelecimentos penais, ampliando oficinas existentes e construindo novas, bem como pela construção de colônias agrícolas para presos não perigosos.

Nosso mandato trabalha para a melhoria do sistema prisional, pois acreditamos em soluções para o mesmo. Dentre outras iniciativas para sua reforma, aprovamos a lei 3.416/00, que incentiva o trabalho dos presos, e estão tramitando projetos de lei visando à informatização do controle dos acessos aos presídios.

Devemos, enquanto representantes da sociedade, promover a conjugação dos esforços necessários à mudança desta difícil realidade do Sistema Prisional.

GERALDO MOREIRA

DEPUTADO ESTADUAL PELO PSB

Por uma nova visão

O questionamento ao Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro se faz cada vez mais necessário. Manter pessoas enclausuradas como animais, sem nenhuma perspectiva de melhora de suas condições, com certeza não é a melhor solução. Faz-se cada vez mais urgente a mudança no tratamento social dado aos detentos do Sistema Penitenciário.

É fundamental que se desenvolva uma política de educação dentro do sistema, comprometida com a formação acadêmica do detento, oferecendo cursos de primeiro e segundo graus e profissionalizantes. Devemos também observar a questão dos funcionários envolvidos com o sistema. Precisamos de um número maior de agentes penitenciários, com um plano de cargos e salários digno e comprometido com o bem estar deles. Precisamos, ainda, de mais profissionais da área de saúde, a fim de que o atendimento aos detentos possa ser prestado com mais eficácia. Além do material humano, há a necessidade de discutirmos os investimentos na área de segurança de todo o sistema, realizando obras que possam oferecer infra-estrutura com tecnologia de ponta.

Cursos de reciclagem para os profissionais de segurança também representam pontos que devem enriquecer nossa discussão. Outro tópico importantíssimo



Mariana Magro

“Precisamos ressocializar presos para desafogar o sistema”

é a construção de novos presídios e casas de custódia, a fim de que se possa diminuir a concentração de detentos nas unidades do sistema.

Uma política séria de ressocialização é um outro aspecto que deve ser observado. Vale ressaltar que ressocializar com seriedade implica necessariamente a mudança concreta de conduta do detento, para que o mesmo se transforme efetivamente em ex-detento. A médio e longo prazo, o sistema poderá ser desafogado. Para que esse sonho se torne uma realidade, vários segmentos precisam assumir compromissos. Devemos chamar à responsabilidade o poder público, a sociedade organizada e todos aqueles que possam, de alguma maneira, contribuir positivamente para uma transformação efetiva do Sistema Penitenciário no Rio de Janeiro.

Recorde de emendas à LDO 2005

DEPUTADOS APRESENTAM 8.250 SUGESTÕES AO PROJETO DO EXECUTIVO. PLENÁRIO VOTA O TEXTO FINAL NOS DIAS 17 E 22

ALREDO JUNQUEIRA E FERNANDA PIZZOTTI

Estabelecer onde e como o estado deve empregar suas verbas e dotações. Esta é a árdua tarefa dos deputados e assessores da Comissão de Orçamento da Alerj quando definem a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano fiscal seguinte. A preparação da LDO de 2005, que deverá ser concluída até o dia 15, traz um elemento complicador a mais: o recorde de 8.250 emendas apresentadas pelos parlamentares ao projeto original enviado pelo Poder Executivo em maio. O texto final deverá ser apreciado em plenário nos dias 17 e 22 deste mês.

Segundo o presidente da comissão, deputado Edson Albertassi (PSC), o recorde prova que a Alerj tem em seus quadros parlamentares que trabalham efetivamente para o cidadão fluminense. “As emendas contemplam principalmente os setores de infra-estrutura, saúde e educação. Isto demonstra que os deputados estão antenados com as necessidades da população”, afirma Albertassi. O parlamentar ressalta a importância da elaboração da LDO como um eficiente instrumento para a Alerj fiscalizar o Poder Executivo.

Total de emendas por municípios

Rio de Janeiro	1332
Estado*	424
Nova Iguaçu	280
São Gonçalo	182
São João de Meriti	160
Duque de Caxias	157
Queimados	156
Itaperuna	124
Italva	121
Campos dos Goytacazes	114
Outros	5123

Total de emendas por região

Metropolitana	2942
Noroeste Fluminense	1010
Serrana	940
Baixadas Litorâneas	826
Norte Fluminense	637
Médio Paraíba	560
Centro-Sul Fluminense	548
Estado*	424
Costa Verde	286

*Emendas que contemplam mais de um município ou região

Das 8.250 emendas, 2.942 contemplam a Região Metropolitana do estado. O Noroeste Fluminense – área mais carente do Rio – recebeu 1.010. E a Serrana, 940. Entre os deputados, o recordista de emendas apresentadas é Glauco Lopes (PSDB), com 2.009. A deputada Aparecida Gama (PMDB) ficou em segundo lugar no ranking, com 1.451.

“Meu mandato é um instrumento para o cidadão fluminense se fazer ouvir na Assembléia, reivindicando ao Poder Executivo melhorias para todo o estado. O

recorde reflete o trabalho que desenvolvi com minha equipe para dar voz a todos os setores da sociedade”, explica Glauco.

Assessor de Orçamento da presidência da Casa há sete anos, Sérgio Martins explica que a apresentação de emendas via Internet dinamizou o trabalho da comissão e possibilitou o número recorde de sugestões. “Eliminamos o papel e aumentamos o acesso dos deputados. O trabalho também foi facilitado para nós”, informa. O sistema on-line existe há três anos na Alerj.

CURTAS

Alerj na Unale

A Alerj emplacou cinco representantes na nova diretoria da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale). O deputado José Távora (PMDB) continua como 1º vice-presidente, a deputada Cidinha Campos (PDT) integra o Conselho Fiscal, a deputada Aparecida Gama (PMDB) é titular na Secretaria das Mulheres e os deputados Roberto Dinamite (PMDB) e Gilberto Silva (PPS) são membros da Direção Nacional. A nova diretoria foi definida na 8ª Conferência da Unale, realizada em João Pessoa, Paraíba. O principal tema discutido foi a Reforma Política, em tramitação no Congresso Nacional.

Palácio Tiradentes se transforma em cenário de novela



Fachada do Palácio recebeu nova faixa

O Palácio Tiradentes foi transformado em Fundação Josefa de Medeiros Duarte Pinto, no dia 26 de maio, para as gravações de *Senhora do Destino*, próxima novela das oito da Rede Globo. Interpretada por Marília Gabriela, a personagem Josefa Duarte Pinto foi inspirada na ex-proprietária do Jornal do Brasil, Condessa Pereira Carneiro, e na antiga dona do Correio da Manhã, Niomar Muniz Sodré. Além de Marília Gabriela, participaram das filmagens na Alerj, os atores Nelson Xavier, José Mayer, Reinaldo González e Cláudio Corrêa e Castro, além de 80 figurantes. A novela estreia dia 28 de junho.

ENTREVISTA MÁRCIO CORRÊA

DEPUTADO PELO PSB

'Violência pode manchar a cidade'

FERNANDA PIZZOTTI

Exercendo seu primeiro mandato como deputado estadual, Marcio Corrêa (PSB) ingressou na vida política em 1997, como vereador da sua cidade natal, Cabo Frio, e foi reeleito duas vezes. Quando exercia a presidência da Câmara de Vereadores ocupou o cargo de prefeito da cidade, substituindo seu pai, Alair Francisco Corrêa, por três meses. Marcio atuou no resgate do patrimônio histórico e paisagístico da cidade, especialmente com a demolição de uma construção que poluía visivelmente a Praia do Forte, um dos pontos turísticos da cidade.

Marcio ficou praticamente sem legislar no ano passado, por causa de um acidente de carro que sofreu em maio de 2002. Ele teve fratura no rosto e no fêmur esquerdo e já realizou 12 cirurgias até o momento. No entanto, Márcio garante que está com todo o gás para atuar na Casa. A seguir você vai conhecer um pouco mais sobre esse deputado que é vice-presidente das comissões de Turismo e de Agricultura, Pecuária e Política Rural, Agrária e Pesqueira e pretende regulamentar, por meio de um projeto de lei, os passeios turísticos realizados a bordo de embarcações de pequeno porte.

Recentemente o senhor realizou uma audiência pública para discutir a questão das drogas e disse que a distância da família é a principal causa dos estudantes e jovens se refugiarem nas drogas. Como o senhor pretende agir então?

Eu quero que o jovem universitário, que é um formador de opinião, saiba e tenha consciência do mal que as drogas causam e repasse isso para a população. A droga não é solução para problema algum. Ela ameniza naquele momento e, posteriormente, causa



Leandro Marins

males como a depressão. Isso eu falo, sem vergonha nenhuma, porque usei drogas durante 11 anos da minha vida. Hoje, graças a Deus, estou vivo, trabalhando, educando minha filha de oito anos, sem precisar usar drogas.

"O tráfico pode ser considerado o grande responsável pela violência"

O senhor ficou, praticamente, um ano sem legislar por causa do acidente. Quais as suas propostas para 2004?

Ausentei-me muito no ano passado. Porém, quando vim à Casa trabalhei intensamente. Fiz uma indicação para o Governo do Estado, solicitando a duplicação e sinalização da RJ-140, trecho São Pedro da Aldeia - Cabo Frio. A governadora já sancionou e as obras devem começar ainda este ano. Outro projeto que estou trabalhando é o projeto de lei que dispõe sobre normas de organização referentes aos passeios turísticos realizados a bordo de embarcações de

pequeno porte. Quero regular a atividade, fazendo fiscalização e evitando acidentes como o que aconteceu em Cabo Frio no caso *Tona Galéa*, em que pessoas morreram, inclusive crianças. Esse projeto está tramitando nas comissões.

Devido à onda de violência que vem atingindo a cidade nos últimos meses, na sua opinião, o que deve ser feito para que o turismo da cidade não seja prejudicado?

Dar segurança à população fazendo um policiamento ostensivo, tanto militar como civil e, até mesmo, federal. O próprio cidadão pode e deve participar através do Disque-Denúncia. A questão da prevenção às drogas é muito importante nesse ponto, pois o tráfico movimentava milhões de reais com a compra e venda de armas. Ele pode ser considerado o grande responsável pela violência que vivenciamos hoje. Não podemos manchar a imagem da cidade com essa violência. A Região dos Lagos também é um dos pontos turísticos do estado que pode perder em vários aspectos se nada de efetivo acontecer.